



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social

ASSESSORIA DO SERVIÇO SOCIAL AOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS EM BELÉM - PA: A EXPERIÊNCIA DA ASSESSORIA AO MOVIMENTO SOCIAL URBANO DA FRENTE DE DEFESA DAS BACIAS DE BELÉM, NO PROGRAMA DE APOIO À REFORMA URBANA

Lidiane Maria Siqueira David¹

Resumo: Relato de experiência da práxis profissional da assessoria do serviço social ao movimento social urbano da Frente de Defesa das Bacias de Belém, no âmbito da formação profissional, no Programa de Apoio à Reforma Urbana, na Universidade Federal do Pará. Indicam-se processos que envolvem as relações sociais de assessoria do profissional assistente social ao segmento popular da FBB.

Palavras-chave: assessoria; movimentos sociais urbanos; serviço social; formação profissional.

Abstract: Report of the experience of the professional practice of the social service advisory to the urban social movement of the Belém Basin Defense Front, in the scope of professional training, in the Program for Support to Urban Reform, at the Federal University of Pará. We indicate processes that involve the social relations of counseling of the professional social worker to the popular segment of the FBB.

Key-words: advisory; urban social movements; social service; professional qualification.

1. Serviço Social e a Prática da Assessoria aos Movimentos Sociais

Para se discorrer sobre a questão da assessoria em serviço social requer o esforço de compreender o termo assessoria e como esse termo se materializa no serviço social, como prática no seu fazer profissional.

Nesta perspectiva, assessoria consiste em uma ação, segundo Matos (2006), que é desenvolvida por um profissional com conhecimento específico na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alterá-la.

O autor destaca que assessoria tem uma perspectiva ampla, em que cada profissional que desenvolve essa prática, seja ela em qualquer área do conhecimento (estatístico, antropólogo, engenheiro, etc.), possibilita uma gama de finalidades a serem alcançadas ou não por um determinado grupo e ou sujeito.

Fonseca (2006 grifo nosso) traça três fatores que determinam a necessidade de assessoramento, o **primeiro** requer fatores de estrutura de organização do trabalho, em que

¹ Profissional de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, E-mail: lididvd@gmail.com.

equipes não conseguem ter tempo, ou condição para tal, tornando-se mais urgente. **O segundo** decorre da dinâmica institucional que não favorecem um avanço para determinadas questões, dependendo de um agente externo com olhar diferenciado sobre a realidade. Já **o terceiro** remete-se a um aspecto de ordem social, em que a exclusão de certos segmentos daquela tecnologia, daquele conhecimento, só é possível acessar por meio do processo de assessoria.

Assessoria no âmbito do Serviço Social perpassa como uma ferramenta de trabalho ainda embrionário. Mas, para o Conselho Federal, e os Conselhos Regionais do Serviço Social, a assessoria tem relevância significativa, pois, se compreendem num instrumento de trabalho profissional do assistente social. Assim, a assessoria pode ser considerada, apesar da incipiência de sua utilização, como instrumento e/ou atividade da categoria profissional, um novo espaço de intervenção do Serviço Social (SILVA, 2016).

Segundo Fonseca (2006), “ao realizar assessoria, o Assistente Social precisa pensar a prática, o que significa entender as contradições da realidade dos espaços profissionais ocupados pelo Serviço Social com a análise, estratégias e ações enfrentando-as, no sentido de uma ação profissional pensada, consciente” (FONSECA, 2006, p. 67).

Assim, pontua-se que assessoria não é sinônimo de toda e qualquer ação extensionista onde se destaca que:

Existe nas Universidades brasileiras uma série de concepção de extensão universitária e que tem sido direcionado prestação de serviços, onde infere que esse processo seja sinônimo de assessoria, mas destaca que é na universidade que a assessoria encontra um espaço privilegiado para se contribuir entre os sujeitos que o compõe (alunos, professores e servidores técnico-administrativos) que possam disponibilizar novos conhecimentos e se retroalimentar por meio do contato dinâmico com as demandas da sociedade (MATOS, 2009, p. 06).

O autor reitera, também, que assessoria não é mera militância política, pois não se podem misturar as contribuições que muitos Assistentes Sociais dão a diferentes entidades de mobilização política, como assessoria, ambas as ações são importantes e se inter relacionam, mas possuem objetivos distintos (MATOS, 2009).

Oliveira (2006) sinaliza que a profissão ao longo de sua conformação, apresenta uma progressiva ampliação do mercado de trabalho, condicionada pelos determinantes sócio-históricos inerentes a cada período, destacando, assim, que:

Nos anos 1980, com as significativas mudanças no mundo do trabalho, os espaços ocupacionais do Serviço Social também são reformulados e outros são inaugurados, a partir das novas roupagens de antigas demandas ou mesmo de novas expressões

do objeto de ação do assistente social, a questão social (OLIVEIRA, 2006, p. 116-117).

Matos (2006) destaca que nos fins de 1970 e durante os anos de 1980 é que o Serviço Social descobre os movimentos sociais como espaço de atuação, nessa direção, aponta que tal descoberta está vinculada:

À conjuntura da época, que é marcada pela imersão dos movimentos sociais vinculados à questão do cotidiano, na luta por melhores condições de vida, pois com a crise da ditadura militar, foi possível a emergência de inúmeras mobilizações em torno da busca por direitos referente à habitação, saneamento, saúde, ensino, entre outros. Esses movimentos, em geral, se aglutinaram em torno da (re) construção de associações de moradores e/ou da organização no âmbito da Igreja Católica, de cunho progressista, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) (MATOS, 2006, p. 40-41).

O trabalho dos assistentes sociais junto aos movimentos se deu, na maioria, por meio da criação de campos próprios de estágio para graduação em Serviço Social. Esta ação é vista, na época, como estratégia medida em que esse período também é marcado pela revisão curricular do curso de Serviço Social, aprovado pela categoria em 1979 (MATOS, 2006, p. 41).

A partir do final dos anos de 1970 e no decorrer da década de 1980 que no cenário nacional, a relação do serviço social com as organizações, movimentos e projetos societários dos trabalhadores se torna mais orgânica, firmada por meio de determinações sócio-conjunturais e teórico-política, destacando dentre elas o processo político-organizativo e o debate desenvolvido no âmbito da consolidação acadêmica, da dimensão ideopolítica do serviço social (DURIGUETTO; MARRO, 2016). Nesta perspectiva, pontua-se que:

Foram as experiências de campo [...] de estágio em movimentos sociais os precursores dos trabalhos de assessoria do Serviço Social a outros segmentos que não sejam os da mesma profissão. Mesmo que poucos dos seus sujeitos profissionais (as equipes de Serviço Social) trabalhassem com a categoria "assessoria" e, na maioria das vezes, se referirem à categoria "investigação-ação" (MATOS, 2006, p. 44).

No desenvolver dessas reflexões e inflexões sobre a prática da assessoria do serviço social nos movimentos sociais, que iremos discutir sua particularidade no âmbito do Programa de apoio à Reforma Urbana, a seguir.

2. Serviço Social e o Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU/UFGA)

Na década de 1980 com a inserção dos campos de estágio em serviço social, por meio de programas e projetos vinculados à formação profissional, que teve como repercussão a mudança do currículo mínimo, se incide aproximação com a questão urbana e instaura-se o Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU). Assim,

O PARU é um dos programas pioneiros do serviço social na UFGA [...] o primeiro programa que começa sair dos muros da universidade e começa a dialogar com a

sociedade. E essa necessidade se dá, justamente, das demandas que começam a vir para a universidade, mas vem também pela prática de profissionais comprometidos que começa a ver que, também, esse serviço social que está na academia tem um compromisso social de dá retorno para a sociedade que a mantém².

No ano de 1981, o PARU inicia-se como campo de estágio do Curso de Serviço Social, mas só efetiva como programa de extensão em 1992, voltado à assessoria dos movimentos sociais urbanos na luta pela moradia digna, visando assessorar as organizações populares localizadas nas áreas do projeto de Recuperação das Baixadas da Bacia do Una (SILVA, 2016).

O serviço social começa a desenvolver trabalhos com a comunidade, primeiro ela começa formar espaço e começa a construir os programas de extensão [...] que vai além da sua atuação trazendo uma carga de realidade fazendo a pesquisa não sobre a observação de espaço, mas de coisas concretas que a realidade realmente pede que a sociedade pede. Então, na efervescência do crescimento dos movimentos sociais com as Comunidades Eclesiais de Base, o surgimento dos centros comunitários, das associações, são muitos dos professores que andam comprometidos com a transformação da sociedade saíram da sala de aula com vários alunos para fazer pesquisa para assessorar, construir propostas, incidir nas políticas... então é assim que o serviço social começa a encarnar num processo de ter mais concretude nas suas ações e não ficar só no discurso³.

Desde 1992, o PARU é definido como **Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão**, iniciando trabalhos de assessoria aos movimentos sociais e, posteriormente, estende-se aos órgãos governamentais e não-governamentais, com o objetivo de contribuir para avanços na questão da discussão sobre o Direito à Cidade e à moradia digna. Constituiu-se como campo de estágio profissional para alunos da Faculdade de Serviço Social (SILVA, 2016).

A ampliação possibilitou engajamento dos discentes como bolsista, estagiários desses órgãos. Deu origem à articulação do ensino-extensão com a pesquisa, uma vez que através da inserção dos sujeitos foi possível a elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, na graduação e dissertações de mestrado na Pós graduação. Tais processos criaram condições de organização e consolidação do programa enquanto força como assessoria ao movimento popular urbano em Belém (SÁ; CRUZ; COSTA, 2005. p. 47).

O que eu vivenciei de experiência no PARU no trabalho de assessoria hoje eu posso colocar em prática no meu trabalho porque aqui a gente é uma ONG e temos um papel diferenciado a nossa centralidade de ação é educação popular [...] a gente atua no fortalecimento de sujeitos coletivos, dos movimentos sociais [...], a gente faz programa de formação de lideranças, para que essas lideranças possam, fortalecidas, atuar nas suas organizações, atuar politicamente, atuar em rede e possam incidir em políticas públicas [...], mas muito do que eu aprendi nessa

² Entrevista concedida para Trabalho de Conclusão de Curso. Foram entrevistados docentes e egressos que fizeram parte da gestão do PARU, bem como tiveram sua formação por meio do Programa.

³ Entrevista concedida para Trabalho de Conclusão de Curso. Foram entrevistados docentes e egressos que fizeram parte da gestão do PARU, bem como tiveram sua formação por meio do Programa.

experiência do PARU me ajudou muito aqui dentro da FASE todo esse aprendizado, por exemplo, com o sistema de iniciação de informações, elaboração de projetos, relatórios, a vivência grupal de lidar com as pessoas, lidar com gestão de pessoas, questão de conflitos, isso tudo me ajudou e hoje isso se faz muito necessário para minha prática⁴.

Uma relação muito importante que a gente vivenciou [...] entre a FASE e o PARU foi assessoria aos moradores da Perimetral, [...] eles estavam passando por todo um processo de renovação da avenida as pessoas estavam com problemas de indenização, de realocação, e foi feito [...] um processo de mobilização, de esclarecimento, produção de informativos para as pessoas poderem entender na época o que estava acontecendo⁵.

Esse processo de formação, conscientização e politização se dá pela relação dialética que o serviço social estabelece com os segmentos sociais, sendo uma mediação diferenciada que tem viés voltado para a transformação social dos sujeitos. E nesta direção destaca-se que:

O PARU [...] tem um papel fundamental. A gente faz as discussões das políticas para poder dar subsídios a esses movimentos, discutir a política de uma forma racional dentro de uma discussão mais lógica e apropriada, não só teórica, mas tecnicamente com parceria que dentro da equipe que temos Advogados, Assistentes Sociais, Antropólogo, etc⁶.

A materialização do trabalho interventivo da assessoria do serviço social aos movimentos sociais apresenta-se nas suas múltiplas dimensões do seu fazer profissional técnico operativo, teórico-metodológico e ético-político. Essa relação do processo interventivo do Serviço Social com o processo de mobilização e organização popular, segundo Duriguetto (2014):

É explicitado na Lei de Regulamentação da Profissão n. 8. 662/93 em seu art. 4º parágrafo IX cita como competência do assistente social prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade (Brasil, 1993). E se reafirma em nosso Código de Ética (1993) [...] não são apenas dimensões normativas, mas orientações tático-estratégicas e ético-políticas (DURIGUETTO, 2014, p. 188).

Assessoria aos movimentos sociais tem como objetivo a formação política dos sujeitos, dentro de uma relação pedagógica que se desenvolve na perspectiva de um processo de

⁴ Entrevista concedida para Trabalho de Conclusão de Curso. Foram entrevistados docentes e egressos que fizeram parte da gestão do PARU, bem como tiveram sua formação por meio do Programa.

⁵ Entrevista concedida para Trabalho de Conclusão de Curso. Foram entrevistados docentes e egressos que fizeram parte da gestão do PARU, bem como tiveram sua formação por meio do Programa.

⁶ Entrevista concedida para Trabalho de Conclusão de Curso. Foram entrevistados docentes e egressos que fizeram parte da gestão do PARU, bem como tiveram sua formação por meio do Programa.

organização e de fortalecimento dos sujeitos, sendo essa a dimensão ideopolítica própria da direção social da profissão.

Esta é a direção ideopolítica no campo da intervenção profissional da assessoria junto aos processos de organização e mobilização popular que significa analisar como o assistente social pode atuar na direção da promoção e fortalecimento das organizações e lutas coletivas, que estão imbricados na direção do Projeto Ético-Político Profissional (DURIGUETTO, 2014). A seguir enfatiza-se assessoria do serviço social ao movimento social FBB.

3. Serviço Social e a Frente de Defesa das Bacias de Belém (FBB)

Para explicitamos a prática da assessoria do serviço social a Frente das Bacias de Belém (FBB), destacamos sua gênese que provém dessa relação dialética com as atividades desenvolvidas com os sujeitos organizados que demandam apoio e acompanhamento do programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU).

O direcionamento da organização da FBB se deu por mediação do Seminário Itinerante na Bacia do Tucunduba intitulado *A cidade e os alagamentos em Belém*. Dentre os encaminhamentos situados na discussão do seminário houve o direcionamento da organização da FBB, que essa formação incidisse a aglutinação das lutas dos movimentos sociais que estão emergindo nas Bacias Hidrográficas de Belém, inicialmente composta por três segmentos populares organizados nas Bacias Hidrográficas do Una, do Tucunduba e da Estrada Nova⁷.

Destaca-se, no entanto, que a cidade de Belém é composta de 14 Bacias Hidrográficas que possuem peculiaridades entre si. Trata-se de um território permeado de complexidades, tornando-se grande desafio para a FBB. Nesse sentido, o curso de serviço social, através do PARU, acompanha e assessora a FBB nos 35 bairros que compõem as bacias hidrográficas do Una, Estrada Nova e Tucunduba e que são afetados diretamente e indiretamente pelas ações de urbanização.

⁷ Dentre suas reivindicações tem-se o fim dos alagamentos nas áreas, a entrega de unidades habitacionais planejadas para reassentar as famílias remanejadas durante todo o período de intervenção no Tucunduba e Estrada Nova (CRUZ; SANTOS, 2017).

As atividades desenvolvidas do PARU com o movimento coletivo, a FBB, se desenvolvem por meio de reuniões; discussões em seminários; reflexões em encontros fora e dentro da universidade, por meio de oficina de capacitação, nas instituições em que são convidados para explicitar suas demandas provenientes das problemáticas vivenciadas na cidade - como a OAB/Pará, no Ministério Público estadual e/ou federal -; entre outras ações, possibilitam a materialização do processo da FBB expor suas demandas.

Dentre as atividades desenvolvidas nessa relação do PARU com a FBB, sinaliza-se o Seminário **Quintas Urbanas**, com a temática *Intervenção Urbanística e Violação de Direitos Humanos em Belém*; e a **Oficina Os Rios de Belém: em defesa das Bacias Hidrográficas**. Sendo essas atividades relevantes nesse processo de assessoria que desenvolvemos junto com os sujeitos.

O seminário⁸ **Quintas Urbanas** se desenvolveu na perspectiva de dar visibilidade e potencializar a discussão sobre as reivindicações populares de movimentos sociais que estão emergindo nas Bacias Hidrográficas do Una, Tucunduba e Estrada Nova, por conta dos prejuízos materiais e morais causados pelos Projetos de Intervenção Urbanística nas referidas áreas.

Nesta direção, pontua-se a importância dessa discussão no âmbito do PARU, através do Seminário **Quintas Urbanas** que é um espaço de debate, de discussão, de interlocução para que tanto a Universidade, como processo de formação, formulação críticas de políticas públicas, mas como também, no âmbito da sociedade civil, e, dos movimentos sociais que precisam ser fortalecidos na sua organização e enfrentamento da desregulamentação das políticas urbanas e o direito à cidade.

É neste jogo contraditório e desigual, orientada pela lógica neoliberal, que se agudizam o modo de produção capitalista que pressionam os sujeitos históricos a se (re) organizarem coletivamente, ou até mesmo individualmente, circunscritos na problemática da questão urbana, que envolve inúmeras expressões da Questão social, como a habitação, o uso do solo, serviços e equipamentos coletivos, e entre outras expressões.

⁸ Houve a presença dos seguintes segmentos: o Comitê Popular Urbano (PCU), a Frente dos Prejudicados do Tucunduba, a Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una, a Associação de Moradores do Projeto Portal da Amazônia (AMPPA), e também, a Comunidade Terra Prometida. Apresentaram as particularidades das problemáticas que vivenciam cotidianamente frente ao projeto de intervenção urbanística.

As atividades de Oficina, do PARU com a FBB, tiveram o objetivo de capacitar às lideranças e membros dos movimentos sociais urbanos da Bacia Hidrográficas do Una, do Tucunduba e da Estrada, intitulada *Os Rios de Belém: em defesa das Bacias Hidrográficas*, que foi realizada em dois encontros.

A interlocução feita no primeiro dia destacou a importância da oficina em capacitar as lideranças e membros dos movimentos sociais, com a finalidade de agregar formação e informação possibilitando qualificar a luta social, assim, reuniram-se moradores e lideranças das três bacias, e como também moradoras de outras bacias da Região Metropolitana de Belém.

Com a contribuição do grupo da GEMAC⁹ houve a discussão sobre a questão de entender o que é *Bacia Hidrográfica*? Por intermédio de diálogo com os sujeitos, conceituando e discutindo sobre tal fenômeno relacionando a realidade advinda da comunidade com a teoria, agregando conceitos e significados.

Esta discussão proporcionou entre os participantes a percepção enquanto pertencentes das Bacias Hidrográficas. Houve dessa maneira articulação entre a teoria e a prática trazendo sua significância na perspectiva de resistência e na (re)afirmação da FBB, em que se conjugam forças da Bacia do Una, do Tucunduba, e da Estrada Nova, e de segmentos que emergem na cidade de Belém.

No segundo encontro destacaram conceitos sobre tipos de relevo e suas configurações em relação às bacias hidrográficas. Nessa perspectiva discutiram e pontuaram problemáticas que circundam o cotidiano dos moradores, como os alagamentos, as constantes audiências públicas, os remanejamentos, as ocupações irregulares, a omissão dos órgãos públicos, a ausência de segurança pública, e entre outras questões.

Foi feita a intervenção sobre o Plano Nacional dos Recursos Hídricos - PNRH (Lei 9.433 de 08 de Janeiro de 1997), articulando a legislação com os pontos norteados na discussão dos painéis, desenvolvido na dinâmica. Desse modo se destaca a importância de conhecer e se

⁹ Grupo de estudo e pesquisa da UEPA, composto por estudantes de Engenharia Ambiental coordenado pela Professora Rosa Helena Ribeiro Cruz Pesquisadora, Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia da Universidade do Estado do Pará- UEPA.

apropriar dessa lei para fomentar as discussões e embasar a garantia dos direitos sociais na transversalidade desta lei.

Ressalta-se que a metodologia desenvolvida na oficina é de suma importância para o processo de formação-política dos sujeitos coletivos, onde eles se apropriam desse conhecimento específico, científico e técnico para instrumentalizar e qualificar suas lutas. Sendo esse movimento importante para militância da FBB, pois ao se apropriarem dessas informações, e desse conhecimento sobre a legislação específica, como no caso da PNRH, tornam-se sujeitos que vivenciam suas próprias lutas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso que traçamos para explicitar a prática da assessoria do serviço social a movimentos sociais urbanos em Belém, no âmbito da formação profissional, por meio do Programa de Extensão, PARU, permitiu evidenciar quatro processos importantes: o processo da formação política, o processo da relação pedagógica, o processo técnico-metodológico, e o processo que envolve a questão da tutela.

O processo da **formação política** expressa significativo grau de importância, para fins da formação profissional, no âmbito do serviço social na direção ideopolítica da profissão, estreitando laços no processo da formação, conscientização e politização dos sujeitos envolvidos, assim por meio de uma intervenção diferenciada proporciona uma **relação pedagógica** que está intimamente ligada às competências do profissional de prestar assessoria e apoio aos movimentos, e se reafirmando no Código de Ética (1993), sendo orientações tático-estratégica e ético-política (DURIGUETTO, 2014).

Exercitamos essa **relação pedagógica** na dimensão interventiva, devido os vínculos contraditórios que se estabelecem ao projeto societário na dimensão ideopolítica para o processo de organização e mobilização popular, por meio de uma intervenção que possa promover e fortalecer as organizações e lutas coletivas da classe trabalhadora, sendo essa uma direção de caráter político.

Essa relação dialética do serviço social e os segmentos organizados é uma mediação diferenciada voltada para transformação social dos sujeitos fortalecendo a discussão da política, no alcance de conhecimento para fins de instrumentalização para as lutas que enfrentam cotidianamente diante do estado e suas implicações.

O processo **técnico e metodológico** compreende nos parâmetros para atuação, pois tem que se ter domínio do instrumental de trabalho, que depende da realidade da demanda que se apresenta dentro de uma determinada conjuntura.

A questão do **processo da tutela** implica nos limites em que as lideranças dos movimentos não podem ficar dependentes da assessoria, eles têm que ter autonomia para tomar frente e serem os protagonistas de suas lutas. Vê-se a importância de compreender esse processo de estar junto, articulando e desenvolvendo estratégias com os sujeitos coletivos.

O trabalho social exercido pelo assistente social na assessoria a movimentos sociais urbanos pressupõe que o profissional esteja em constante conhecimento teórico-metodológico, para compreensão da realidade social e, o reconhecimento das demandas possibilitando ação profissional (CFESS, 2016).

Faz-se necessário capacitação técnico-operacional possibilitando a construção de identificação de mediações para fortalecer as lutas dos movimentos sociais, com vistas a outra sociabilidade (CFESS, 2016).

E por último, e também importante componente formativo da profissão, destaca-se o pressuposto ético-político que no desenvolvimento das ações orientam em princípios e valores ontológicos fundamentais - liberdade, equidade, universalidade, socialização da riqueza e emancipação (CFESS, 2016).

Destaca-se, portanto, que assessoria é falar no serviço social, no trabalho social com rigor técnico-metodológico com objetivos que variam, mas com ênfase no objetivo da formação política, contribuindo para o fortalecimento das lutas. Sendo essa uma relação pedagógica necessária, na relação do profissional com as organizações, movimentos e projeto societário dos trabalhadores, firmando, assim, uma direção social da classe trabalhadora para fins da emancipação humana, firmado em nosso Código de Ética profissional (1993).

O Programa de apoio à Reforma Urbana como programa de extensão articula intrinsecamente o ensino, a pesquisa e a extensão. Assim, por meio do estágio se faz discussões teóricas das categorias histórico-metodológicas da questão urbana, através do grupo de estudo e de pesquisas nas áreas.

Com a experiência na extensão pôde-se desenvolver uma dimensão interventiva participando das discussões das políticas urbanas de habitação, de saneamento, de mobilidade e de regulamentação fundiária, que estão relacionadas entre si e que são

extremamente importantes para compreender o desenvolvimento da cidade e de como elas incidem diretamente na vida dos sujeitos.

Esses processos dependem de questões mais gerais, que vêm de questões particulares, e no transcorrer desse movimento do real, evidenciamos a importância do trabalho de base junto aos segmentos organizados, Esse trabalho afirma-se como processo da relação serviço social e movimento social, devido às distintas conjunturas mais tênues ou não. Ressalta-se a significância desse trabalho de base, sendo o lócus necessário para tal relação – serviço social e movimento social.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Gestão Tecendo na Luta a Manhã Desejada (2014-2017). Série Atuação de assistentes sociais na Política Urbana subsídios para reflexão**. Brasília (DF) 2016. **Gestão Tempo de luta e resistência (2011-2014) responsável pela Concepção do Projeto**.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; SANTOS, Gizele Cristina Carvalho dos. **Atualização da Leitura Acadêmica acerca de Movimentos Sociais Urbanos em áreas de Grandes Projetos Urbanos em Belém**. Relatório de Atividades de Bolsistas de Extensão. Universidade Federal do Pará (UFPA), 2017.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas**. In: (Orgs.). ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Movimentos sociais e Serviço Social uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. (pp. 177-189).

_____. Maria Lúcia; MARRO, Kátia. **Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo**. In: (Org.) SILVA, Maria Liduína de Oliveira. **Serviço Social no Brasil História de Resistência e de Ruptura com o Conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016. pp. 97-115.

FONSECA, Tatiana Maria Araújo. **Análise da Literatura profissional**. Assessoria e Consultoria: Reflexões para o Serviço Social. Assessoria, Consultoria & Serviço Social. Organizadores/as Maria Inês Souza Bravo e Maurílio Castro de Matos- Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. pp 62-88.

MATOS, Maurílio Castro de. **Assessoria e Consultoria: Reflexões para o Serviço Social**. Assessoria, Consultoria & Serviço Social. Organizadores/as Maria Inês Souza Bravo e Maurílio Castro de Matos- Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. pp. 29-60.

_____. **Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica**. Revista Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais, 2009.

OLIVEIRA, Andréa Gonzaga de. **Assessoria e Serviço Social: a articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão na Faculdade de Serviço Social da UERJ.**

Assessoria, Consultoria & Serviço Social. Organizadores/as Maria Inês Souza Bravo e Maurílio Castro de Matos- Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. pp.116-148.

SÁ, Maria Elvira Rocha de; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; COSTA, Solange Maria Gayoso. Programa de Apoio à Reforma Urbana – PARU: integrando o ensino, a extensão e a pesquisa. In: STOCKINGER, Silva da Costa (Org.). **Textos de Teoria e Prática de Serviço Social: estágio profissional em Serviço Social na UFPA.** V. 2. Belém: Ed. Amazônia -UFPA, 2005.

SILVA, Milcilene Magalhães da. **Assessoria e Extensão Universitária: uma reflexão sobre a prática desenvolvida pelo Programa de Apoio à Reforma Urbana no período de 2014 a 2016** .Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará,Belém / PA 2016.